

Responsabilidade Social e Consciência Ambiental: Um Estudo de Caso na Cajuína São Geraldo

Eva Maria Campos¹
Cícera Eurislândia Oliveira²
Luciana Sousa Remião Sá³
José de Andrade Silva Filho⁴

Resumo

O avanço tecnológico e as modernas técnicas de produção, fruto de estudos e pesquisas na administração possibilitaram, em muitas regiões, o desenvolvimento econômico. Entretanto, o crescimento desenfreado e a administração inadequada desencadearam agravos ao meio ambiente e problemas sociais que também se caracterizam como responsabilidade das organizações. O presente estudo, sob égide de pesquisa predominantemente empírico-analítica, qualitativa e explicativa, utilizou-se de técnica investigativa do estudo de caso da empresa São Geraldo, localizada no município de Juazeiro do Norte, Ceará. Como objetivo geral buscou-se identificar as práticas de responsabilidade social e ambiental adotadas pela empresa. A pesquisa detectou a adoção mediana de boas práticas de preservação ambiental e um vínculo muito forte com as práticas sociais, em parte decorrentes do contexto cultural da região geográfica em questão. Como sugestões, o trabalho recomenda uma melhoria, com variáveis mais objetivas, do instrumento de coleta utilizado, bem como replicar o estudo em outras empresas e melhor delinear o contexto regional.

PALAVRAS-CHAVE: Responsabilidade social, gestão ambiental,

1. Introdução

No contexto evolucionário em que está inserida a humanidade, ocorreram diversas inovações tecnológicas, as quais propiciaram importantes mudanças no modo de produção humano e conseqüentemente uma avassaladora expansão no campo empresarial. Esta onda de desenvolvimento atingiu a economia, bem como afetou positivamente a sociedade, através da melhoria dos serviços, da qualidade de vida e da criação de empregos.

O processo de evolução da produção, além de propiciar uma considerável liquidez às empresas, pode, inversamente, acarretar impactos ambientais e o comprometimento das gerações presentes e futuras, devido à negligência de algumas instituições empresariais para com o contexto sócio-ambiental.

Mediante a tal situação, a sociedade tem sido estimulada a compreender que os efeitos da produção, antes o discurso evolucionista, também desencadeiam a preocupante condição de haver maior fiscalização e controles de qualidade gradativamente mais rigorosos em virtude dos impactos ambientais causados por tais processos produtivos.

Em detrimento à atual condição ambiental e social vigente, as empresas e os estudos administrativos passaram a se preocupar com tais questões, adaptando o seu modo produtivo de uma forma que seja menos degradante ao bioma e que venha a melhorar o âmbito social da região. Seja em forma de programas de capacitação da sociedade, práticas menos poluentes, reflorestamento, entre outros.

Diante de tais conjecturas, configurou-se como objetivo do presente trabalho identificar as práticas de responsabilidade social e ambiental adotadas pela empresa São Geraldo. Estabelecida no município de Juazeiro do Norte, importante localidade do estado do Ceará, a empresa escolhida está hoje fortemente associada ao contexto cultural construído pela região geográfica em questão, com a produção de um referenciado e conhecido refrigerante de caju, a famosa Cajuína São Geraldo.

Na proposta de contextualização, ora exposta no presente artigo, é possível vislumbrar que existem empresas cujas políticas podem ou não levar em consideração os fatores sócio-ambientais, mas que também fornecem aspectos positivos como a discussão no contexto educativo e formador de opinião.

Para esclarecimento da trajetória investigativa, além da presente introdução foi construída a revisão bibliográfica que deu suporte à pesquisa, seguida da análise dos resultados, conclusão e recomendações futuras.

2. Referencial teórico

2.1. Organizações, gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável dos negócios

Muito embora apenas nas últimas décadas os problemas ambientais tenham ocupado lugar de destaque nas argumentações sobre o destino da economia e política mundiais, em todos os setores da vida contemporânea, Castelnou *et al.* (2003) lembram que já no século passado, em meados dos anos 1960 e 1970, os riscos ecológicos passaram a estampar o cenário mundial. Desde então os problemas derivados de uma prática estabelecida fundamentalmente na concepção de que a natureza é fonte inexaurível de recursos sobrevivem as nossas reflexões.

Muitos questionamentos sobre as formas de atuação da humanidade sobre a natureza e a tradução das reflexões sobre as configurações de produção do espaço promovidas pela sociedade, impulsionaram uma crise que hoje desconforta a humanidade. A racionalidade tecnológica, o logocentrismo e o desequilíbrio do crescimento econômico e populacional são alguns desencadeadores deste processo (*idem*).

Lima e Pozzobon (2005) assessoram esta reflexão lembrando que a sociedade ocidental, no decorrer dos anos 90, firmou o uso de um novo referencial científico para refletir a relação entre as populações humanas e o meio ambiente. Todavia, embora o tema tenha aflorado, Montibeller (2004, p. 4) notifica que na medida em que não se restringe o desgaste do meio, delimita-se o real valor futuro para as próximas gerações do bem ambiental. Este processo promove uma permuta imprópria no sentido ecológico, “*uma troca econômico-ambiental desigual ou uma troca econômico-ecológica desigual*”, em especial quando se foca apenas nos sistemas de custo de produção e de preços de mercado.

No Brasil, as circunstâncias repetem-se e Jacobi (2003) lembra que ao se tomar como referência o fato da maior parte da população brasileira viver em cidades, nota-se um progressivo desgaste das condições de vida, reflexo de uma crise ambiental. Este feito nos encaminha a uma necessária ponderação sobre os desafios para transformar os modos de pensar e agir acerca da questão ambiental numa perspectiva contemporânea.

Todos estes pontos e outros igualmente pertinentes são necessários na reflexão de que fomentar o desenvolvimento sustentável mediante iniciativas como incentivar processo

de produção têm o seu mérito, sobretudo num país essencialmente promissor como o Brasil, em que grande parte de seus municípios enfrenta sérios problemas como a pobreza e desigualdade social. Mas os efeitos nocivos de possíveis atividades predatórias devem ser cuidadosamente investigados e impedidos.

A princípio este tipo de iniciativa parece tornar-se uma solução viável na resolução destes problemas, todavia, utilizar recursos naturais e explorar as oportunidades oferecidas pelo meio ambiente exigem muito mais que senso de oportunidade e ações de exploração. O uso da natureza sem um planejamento adequado de sua preservação e usufruto racional dos seus recursos pode trazer sérios problemas às gerações futuras.

Jacobi (2003) lembra que a falta de informação, de consciência ambiental e uma ausência de práticas comunitárias fundamentadas na inclusão e comprometimento dos cidadãos, promovem juntas uma postura de desresponsabilização e cômoda espera da sociedade por iniciativas governamentais. É necessário transformar esta realidade e alvitrar uma nova cultura de direitos e deveres, apoiada na motivação e participação ativa de todos os setores na gestão e cuidados ambientais.

Tais mudanças de atitudes são responsáveis por provocar uma participação mais atuante da sociedade na discussão e escolha do seu futuro, sendo também um modo de detectar problemas, objetivos e soluções por parte de todo um conjunto social. No intuito de efetivar estas novas posturas, Jacobi (2003) nota que a trajetória a ser traçada transcorre inevitavelmente por uma modificação no acesso às informações e por mudanças institucionais que afiancem abertura e clareza em toda a sociedade.

Um outro aspecto advertido por Castelnou *et al.* (2003) estampa que o processo da globalização desencadeia crescentes fluxos econômicos, tecnológicos, comerciais e de pessoas. Estas mudanças suprimem fronteiras temporais e espaciais e no que tange especificamente novos procedimentos tecnológicos. Este processo tem privilegiado uma racionalidade econômica sobre os demais, o que deve ser cuidadosamente atentado para que não deixe de se perceber o verdadeiro sentido e importância do desenvolvimento em detrimento de uma sobrepujança do crescimento econômico.

Castelnou *et al.* (2003, p. 44) acenam que o conceito de crescimento econômico tem induzido uma uniformidade e normatização do processo de produção para promover a eficácia e o consumo, ratificando a tendência “*unidimensional do mundo e da vida pelo aumento e ganho de produção*”. A justificativa dos autores para esta preocupação sedimenta-se na interpretação antagônica da sustentabilidade dos processos planetários, à diversidade cultural e ecológica. O usufruto da natureza como fonte de matéria-prima, “*sua coisificação, e a desnaturalização de sua complexidade ecológica*”, acabam por constituí-la como um mero alvo de exploração do capital.

Ao se meditar sobre a complexidade ambiental, desenvolve-se sempre um pretexto para entender o surgimento de novos personagens sociais que agem para uma adequação da natureza, para um processo educativo empenhado e conectado com a participação e a sustentabilidade. Este processo deve estar ancorado numa lógica que particulariza a comunicação e a interdependência de singulares áreas do conhecimento, muito embora também conteste a importância e os propósitos que regem as práticas sociais imperantes, redundando em mudanças na maneira de pensar, na modificação do conhecimento e no exercício educativo (JACOBI, 2003).

O pensar sobre as práticas sociais em um cenário caracterizado pela constante degradação ambiental e do seu ecossistema, agrega uma articulação pertinente à produção de um sentido lógico sobre a educação ambiental. Desta maneira, Jacobi (2003) lembra que

a importância das causas ambientais toma forma de um tópico que incorpora um conjunto de atores do universo educativo, reforçando o envolvimento dos sistemas díspares de conhecimento, a formação de profissionais e no mais, em todos os setores da sociedade, num panorama interdisciplinar.

Jacobi (2003) também alerta que a implicação desta caminhada desemboca na necessidade de propagar exercícios sociais fundamentados no avigoreamento e reforço do direito ao acesso à informação e à educação ambiental, em um sentido de integração. Estas iniciativas agregam à sua essência uma demanda de ações apoiadas em condições prévias de acesso a estes dados de maneira mais ampla e irrestrita, além de uma clara e incontroversa gestão dos problemas ambientais urbanos, os quais certamente implicarão num rearranjo de autoridade e poder que possibilitem tais transformações.

Assim, ao tratar de sustentabilidade, implica-se considerar a predominância de pressupostos sobre a necessidade de delimitar o poder de crescimento e um conjunto de ações que considerem a permanência de interlocutores e participantes sociais insígnies e arrojados, mediante uma atuação educativa e um intercâmbio claro de informações e procedimento, fortalecendo e imbuindo toda uma sociedade de um “*sentimento de coresponsabilização e de constituição de valores éticos*”. O que Jacobi (1999, p. 179) nos rememora com estas reflexões é que estas competências que promovem estratégia de desenvolvimento sustentável não podem desconhecer as relações de poder existentes, tampouco as dimensões culturais, principal e fundamentalmente a admissão das limitações ecológicas. Do contrário apenas se corrobora e se mantém os modelos predatórios de crescimento.

Jacobi (1999) reforça a consideração de que nos últimos anos o delineamento da sustentabilidade tem adotado uma função central no raciocínio em torno da extensão do desenvolvimento e das opções que se configuram. Ao criar um padrão com esta proposta de estruturação, instiga-se que o desenvolvimento sustentável deva ser compreendido como um procedimento através do qual as ressalvas mais pertinentes estão associadas à exploração dos recursos, o direcionamento do desenvolvimento tecnológico e uma mudança de postura nas atitudes dos diversos níveis sociais.

Tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, é mais que evidente a densidade dos agravos ao meio ambiente causados pela humanidade. O quadro do espaço socioambiental, que identifica e desenha as sociedades contemporâneas, tem revelado esta preocupante realidade. Montibeller (2004, p. 8), de maneira indispensável, caracteriza espaço sociambiental como “*a área geográfica na qual uma determinada economia se abastece de recursos e onde despeja suas emissões, é a referência para a definição da sustentabilidade*”.

O mesmo autor notifica que este conceito é crucial na avaliação de sustentabilidade que se pretenda efetuar, de tal modo que é válido refletir que o espaço ambiental, sendo expressado como as relações ecológicas externas (do homem com o meio ambiente) e a sustentabilidade de um país, região, ou mesmo de um único produtor individual, é uma concepção diferente e mais ampla que as fronteiras geopolíticas ou mesmo o espaço econômico. Ou seja, a sustentabilidade ecológica, atribuída a um ator social, circunscreve todo o seu espaço socioambiental e não somente o seu ambiente de produção.

Valle (2004) firma-se na premissa de que para amoldar o encadeamento entre o desenvolvimento socioeconômico e as mudanças no meio ambiente é necessário uma base que sustente a harmonização das atividades econômicas, na urgência de proteger o planeta e em firmar um futuro sustentável para todos. Não esquecendo que o desenvolvimento

sustentável não se remete apenas a uma situação limitada de ajuste ecológico a um procedimento social, mas a um padrão amplo, em que a sociedade mantém-se conscientizada da relação econômica/ambiental perfeitamente exequível. Numa lógica mais abrangente, redefine a relação do homem com a natureza, tutelando uma mudança considerável no processo civilizatório.

A gestão ambiental, desencadeada pela prática de adequação empresa-ambiente é citada por Valle (2004, p. 25), como sendo:

um conjunto de medidas e procedimentos bem definidos que, se adequadamente aplicados, permitem reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre meio ambiente.

O que Barbieri (2004, p. 53) completa:

gestão ambiental são atividades administrativas e operações, tais como planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente reduzindo ou evitando danos ou problemas causados pelas ações humanas.

Montibeller (2004) esteia-se na suspeita de, que embora atentando para todas estas considerações, é difícil saber com exatidão os valores e necessidades das gerações futuras, emanando num foco de inquietações. O principal suporte de todas estas transformações, o avanço tecnológico, constituído de certo modo como algo socialmente edificado, faz com que a previsão de suas conseqüências seja deveras restrita. Ressaltando também um outro aspecto perceptível, nota-se a tendência dos indivíduos desempenharem atitudes individualista, em detrimento das causas e necessidades sociais.

Brandenburg (2002) ainda alerta que o rearranjo dos sistemas tradicionais de produção necessitam de acurado exame da lógica e perspectiva destes como fato que inevitavelmente promoverá exaustivo debate nas ciências sociais. Este movimento deverá se constituir sob a égide de alternativas socialmente adequadas e que possam promover verdadeiramente um futuro exequível para as gerações vindouras.

2.2. Posicionamento ambiental e responsabilidade social das organizações

A gestão ambiental pode assumir importância estratégica, no contexto empresarial, a depender do grau de sensibilidade demonstrado pela alta administração para com o meio ambiente, daí decorrendo o potencial para que uma gestão ambiental efetiva possa ser implantada. De acordo com North (1992) *apud* Donaire (1999) pode-se avaliar a partir de aspectos inerentes à gestão de recursos, produtos e processos, caracterizando posicionamento agressivo ou amigável ao meio ambiente. O autor explica que para uma correta avaliação ambiental da empresa devem ser considerar as seguintes variáveis:

- a) O Ramo de Atividade como a mais importante ameaça que pode ser causada pela empresa ao meio ambiente, bem como os custos necessários para a regularização de acordo com normatização ambiental, não sendo, contudo, suficiente conhecer apenas o ramo de atividade, devido à variação nos níveis de tecnologias.
- b) O Produto em especial oriundo de matérias primas renováveis ou recicláveis, que não agridem o meio ambiente tem a preferência de empresas que respeitam a causa do meio ambiente.
- c) Os Processos de trabalho, considerando também todas as entradas e saídas, os padrões ambientais estabelecidos são relevantes para avaliar se a empresa está

- longe ou perto dos objetivos capazes de enquadrá-la ambientalmente como amigável ou hostil.
- d) A Consciência Ambiental dos *stakeholders*, pois a falta de consumidores conscientizados ambientalmente pode ocasionar falsa impressão no mercado de bens e serviços, de que não existem ameaças pela crescente alteração de produtos amigáveis; e assim, devem-se acompanhar as reivindicações ambientais.
 - e) Os Padrões Ambientais representam indicadores relevantes. Quanto maior a conscientização social mais restrita será a legislação ambiental. Nos países onde o uso 33 de padrões é crescente, maiores as oportunidade de novos negócios relacionados à questão ambiental.
 - f) O Comprometimento Gerencial sinaliza uma das mudanças no nível interno da organização com relação a questão ambiental e representa a conscientização do nível gerencial. Este comprometimento dissemina um clima propício na qualidade ambiental.
 - g) O Nível de Capacidade do Pessoal requer investimentos em tecnologia e equipamentos além de treinamento e qualificação para todos os envolvidos para poder transformar projetos em ações eficazes, o que pode gerar compromisso com a questão ambiental

A indissociabilidade da relação do homem para com a preocupação com os impactos ambientais suscita a discussão conjunta da responsabilidade social. A humanidade se posiciona com atores participantes, seja como elementos principais, coadjuvantes ou telespectadores.

Segundo Ashley (2003), responsabilidade social pode ser também o compromisso que a empresa tem o desenvolvimento, bem-estar e melhoramento da qualidade de vida dos empregados, suas famílias e comunidade em geral.

Entretanto, é importante salientar que para Montibeller (2004), responsabilidade social significa algo, mas nem sempre a mesma coisa, para todos. Para alguns, ela representa a idéia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, significa um comprometimento responsável no sentido ético; para outros, ainda, o significado transmitido é o de responsável por, num modo causal. Muitos, simplesmente, equiparam-na a uma contribuição caridosa, outros tomam-na pelo sentido de socialmente consciente. Pesquisas como a proposta apresentada podem contribuir significativamente para anuir ou acrescer novas perspectivas.

2.4. Juazeiro do Norte e Cajuina São Geraldo

A presente sessão foi resultado da pesquisa bibliográfica e documental (LAKATOS e MARCONI, 2005) realizada junto aos responsáveis pela gestão da empresa escolhida como fonte de estudos.

Localizada no município de Juazeiro do Norte, no sul do estado do Ceará, a empresa São Geraldo confunde sua história com a própria escrita cultural do município onde está inserida. Esta ligação é tão estreita que nas épocas de romarias, movimento

religioso comum na região, a fábrica é ponto turístico frequentado por romeiros e visitantes.

A história começa no ano de 1934, a princípio uma pequena fábrica de bebidas alcoólicas que produzia vinhos compostos de frutas, tais como: caju, jurubeba e jenipapo.

No início da década de quarenta, a pequena fábrica é vendida ao senhor Luciano Teófilo de Melo, tendo suas atividades continuadas e implementadas com novos produtos: Aguardente – composta de hortelã, Vinagre e Conhaque. Todos os produtos recebiam a marca São Geraldo.

Em 1946, José Amâncio de Sousa, jovem e idealista, começa a integrar o quadro de funcionários do senhor Luciano Teófilo. Com muita facilidade ocupa lugar de destaque e já em 1948, dois anos depois, torna-se proprietário da pequena fábrica.

Com a chegada da energia elétrica na região, em 1962, houve uma ampliação do processo, os maquinários manuais foram substituídos por máquinas semi-automáticas, aumentando a produção para trezentas grades por dia. Nesse mesmo ano surge o Refrigerante de Caju, recebendo o nome de Cajuína. O novo refrigerante surpreende e ultrapassa as expectativas geradas por aqueles que o degustam. Porém, somente em 1976 é oficializada a razão social Cajuína São Geraldo LTDA.

Em 1982 os sócios fazem a aquisição de um terreno para a construção da fábrica, mas o terreno localizava-se próximo a um cemitério, ficando inviável a produção de bebidas no local. Posteriormente esse terreno torna-se o Cemitério Parque das Flores.

Ainda na década de 80, iniciam-se os investimentos na marca São Geraldo. Em 1987 um novo terreno é adquirido para a transferência da fábrica para um local mais amplo, já que o antigo galpão estava pequeno para comportar a quantidade de pedidos. Esse terreno foi totalmente reformado, as edificações foram melhoradas e ampliadas, tudo foi planejado para o despertar de um grande empreendimento.

Em 1991, descobre-se que há uma fonte de Água Mineral no terreno da empresa. A conclusão de todo o processo para a concessão de lavra e expedição de autorização para exploração e envase de água mineral, bem como a construção das instalações e compra de equipamentos demora aproximadamente 7 anos. Em agosto de 1998 surge a São Geraldo Águas Minerais.

Paciência, força de vontade, argumentação, negociação, visão de futuro foram algumas das palavras chaves, enfatizadas pelos gestores, que na década de 1990 impulsionaram o crescimento do Grupo São Geraldo.

O Grupo São Geraldo, do qual fazem parte a Cajuína São Geraldo, São Geraldo Águas Minerais e Cemitério Parque das Flores, é pioneiro na produção de Refrigerante de Caju na Região do Cariri, sendo a único no mundo a preparar o refrigerante de caju à base do suco natural. Presente em Juazeiro há mais de 70 anos, o grupo desenvolve cotidianamente suas potencialidades, acreditando, sobretudo, na capacidade de seus colaboradores.

Mantendo até hoje seu principal produto, o Refrigerante de Caju, diversificou a produção com opções de refrigerantes de laranja, uva e cola. A empresa produz em média 330.000 volumes/mês em suas 07 linhas de envase, gerando mais de 800 empregos, onde aproximadamente 360 diretos e mais de 1500 indiretos. O Grupo afirma querer se firmar como uma empresa ambientalmente, humanamente, socialmente e economicamente correta. Tais perspectivas foram fruto de cuidadoso olhar investigativo.

3. Métodos e técnicas de pesquisas

A presente investigação configurou-se predominantemente empírico-analítica, qualitativa e explicativa, utilizando como técnica investigativa o estudo de caso (YIN, 2001).

O Método do Estudo de Caso enquadra-se como uma abordagem qualitativa e é freqüentemente utilizado para captação de dados nos estudos organizacionais, apesar de não ser possível conjecturar generalidades, por conta de que não tenha objetividade e rigor suficientes para se configurar enquanto um método de investigação científica.

Entretanto, sua escolha pauta-se na compreensão, fundamentada basicamente no conhecimento tácito que tem uma forte ligação com intencionalidade. Assim, um estudo de caso é mais indicado para aumentar a apreensão de um fenômeno do que para delimitá-lo (YIN, 2001).

As fontes de informações primárias e secundárias (LAKATOS e MARCONI, 2005) foram de duas classes:

a) visitas às instalações da empresa São Geraldo, registradas num diário de campo e ilustradas por fotografias digitais. Os guias das entrevistas eram sócios-proprietários e gerentes de diversos setores;

b) entrevistas estruturadas com sócios-proprietários e gestores de setores diversos;

c) aplicação do questionário North (1992), extraído do livro Gestão Ambiental, do autor Denis Donaire (1999), com a finalidade de mensurar questões ambientais através de escores, como mostrado no quadro 01, abaixo:

Quadro 1: Avaliação do posicionamento ambiental.

Posicionamento da empresa em relação a questão ambiental						
EMPRESAS	CLASSIFICAÇÃO					EMPRESAS
AGRESSIVAS						AMIGÁVEIS
VARIÁVEIS	1	2	3	4	5	VARIÁVEIS
(ALTA POLUIÇÃO)						(BAIXA POLUIÇÃO)
1. RAMO DE ATIVIDADE			X			
2. PRODUTOS						
- MP NÃO RENOVÁVEIS					X	- MP RENOVÁVEIS
- NÃO HÁ REICLAGEM					X	- REICLAGEM
- NÃO HÁ APROV. RESÍDUOS			X			- REAPROV. RESÍDUOS
- POLUIDORES					X	- NÃO POLUIDORES
- ALTO CONSUMO ENERGIA					X	- BAIXO CONSUMO ENERGIA
3. PROCESSO						
- POLUENTE				X		- NÃO POLUENTES
- RESÍDUOS PERIGOSOS			X			- POCOS RESÍDUOS
- ALTO CONSUMO ENERGIA			X			- BAIXO CONSUMO ENERGIA
- INEFICIENTE USO DOS RECURSOS					X	- EFICIENTE USO DOS RECURSOS
- INSALUBRE AOS TRABALHADORES					X	- NÃO AFETA TRABALHADORES
4. CONSCIÊNCIA AMBIENTAL						
- CONSUMIDORES NÃO CONSCIENTES			X			- CONSUMIDORES CONSCIENTES
5. PADRÕES AMBIENTAIS						
- BAIXOS PADRÕES		X				- ALTO PADRÕES
- NÃO OBEDIÊNCIA ÀS RESTRIÇÕES			X			- OBEDIÊNCIA ÀS RESTRIÇÕES
6. COMPROMETIMENTO GERENCIAL						
- NÃO COMPROMETIDO					X	- COMPROMETIDO

7. NÍVEL CAPACIDADE						
PESSOAL						
- BAIXO					X	- ALTO
- ACOSTUMADO VELHAS TECNOLOGIAS			X			- VOLTADO PARA NOVAS TECNOLOGIAS
8. CAPACIDADE DE P&D						
- BAIXA CRIATIVIDADE			X			- ALTA CRIATIVIDADE
- LONGOS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO		X				- CURTOS CICLOS DE DESENVOLVIMENTO
9. CAPITAL						
- AUSÊNCIA DE CAPITAL					X	- EXISTÊNCIA DE CAPITAL
- POUCA POSSIBILIDADE DE EMPRÉSTIMOS					X	- ALTA POSSIBILIDADE DE EMPRÉSTIMOS
1 - EMPRESA MUITO AMEAÇADA PELA QUESTÃO AMBIENTAL						
5 - QUESTÃO AMBIENTAL CONSTITUI OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO						

Fonte: North (1992) *apud* Donaire (1999).

4. Análise e interpretação dos dados

No que tange os aspectos da gestão ambiental, procedeu-se à análise das informações coletadas conforme sugerido no questionário North (1992):

No primeiro item RAMO DE ATIVIDADE DA EMPRESA, por se tratar de empresa no ramo de refrigerante, sua classificação no questionário foi 3 (três). Tal aspecto se configurou como mais importante indicador da ameaça da empresa São Geraldo, indicando que a empresa está em fase de reestruturação de suas políticas ambientais.

Tratando-se do segundo item PRODUTOS, sua matéria-prima – caju – é renovável, o bagaço é utilizado para adubo e para fabricação de carne de caju para consumo interno. Já a laranja e uva são utilizadas como concentrado, a cola utilizada no refrigerante de cola é um xarope.

No terceiro item PROCESSO mostrou que todo resíduo líquido, utilizado na lavagem das garrafas de vidro passa por um tratamento primário, ao chegar à ETA o efluente passa por peneiras estáticas e por tanques de decantação, onde posteriormente sofre uma neutralização do PH, em seguida esse resíduo é lançado na caixa receptora pública.

Figura 01: Área de descarte de plásticos e borrachas



Fonte: registros da pesquisa

No quarto item CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL, a questão da consciência ambiental na região do Cariri ainda está em um processo lento, pois depende da cultura das pessoas.

No quinto item PADRÕES AMBIENTAIS, a empresa está em fase de reestruturação de sua política ambiental, antigamente realizada informalmente. A nova política, segundo informações do levantamento documental, irá conter diretrizes, normas e procedimentos que auxiliarão na proteção ao meio ambiente, bem como estabelecerá estratégias e objetivos da empresa para planejar e operar sem causar danos ao meio e em conformidade com a legislação ambiental nacional. Segundo palavras de um dos gestores: “*Pensamos no ambiente como um dos pontos de alta prioridade na empresa*” (informante 3).

No sexto item COMPROMETIMENTO GERENCIAL, os gerentes estão passando por um processo de treinamento sobre gestão ambiental, para futuramente implantarem na empresa, denotando um esforço organizacional no sentido do aprendizado de técnicas menos agressiva, bem como processo de educação e conscientização.

No sétimo item CAPACITAÇÃO DO PESSOAL, os funcionários da empresa que operam os equipamentos passam por um treinamento antes de operar cada equipamento.

No oitavo item CAPACIDADE DA ÁREA DE P&D (pesquisa e desenvolvimento), a empresa passa por longos ciclos de desenvolvimento e baixa criatividade, enfraquecendo este indicador no somatório geral de ações de responsabilidade ambiental.

No nono item CAPITAL, a empresa informou que a questão de empréstimo já foi utilizada em anos anteriores, a dívida já foi paga, nas datas atuais a empresa não utiliza empréstimo.

O somatório geral de escores resultou das seguintes constatações:

1. RAMO DE ATIVIDADE - 3 pontos
2. PRODUTOS – 24 pontos
3. PROCESSO – 20 pontos
4. CONSCIÊNCIA AMBIENTAL – 3 pontos
5. PADRÕES AMBIENTAIS – 5 pontos
6. COMPROMETIMENTO GERENCIAL – 5 pontos
7. NÍVEL CAPACIDADE PESSOAL – 7 pontos
8. CAPACIDADE DE P&D – 5 pontos
9. CAPITAL – 6 pontos

Contudo é importante salientar que o instrumento utilizado faz menção a palavras como consciência, comprometimento e capacidade, gerando interpretação subjetiva, tanto de quem aplica como quem é inquirido no momento da coleta de dados.

4.2. Ações de responsabilidade social

Quanto às ações de responsabilidade social, as seguintes propostas foram levantadas pela investigação:

- **Aulas de Taekowdo:** promovidas para crianças da comunidade e filhos de funcionários. É cobrado que as crianças leiam livros para poderem treinar. Sem taxas. O projeto contempla aproximadamente 50 alunos.
- **Ação Geraldo:** Ações sociais quadrimestrais. Em parceria com empresas locais. A cada ação são realizados mais de três mil atendimentos englobando cortes de cabelos, avaliação física, emissão de documentos, tratamento médico e odontológico, atendimento jurídico, massagem, limpeza de pele, entre outros. A nossa 6ª ação social aconteceu em 25.05.08, com 4.000 atendimentos. Em suas seis edições, já conseguimos realizar mais de 18.000 atendimentos.

- **Projeto Melhor Idade:** Em parceria com o corpo de bombeiros, mais de cem idosos freqüentam a empresa três vezes por semana para realizarem atividades físicas, com um instrutor do corpo de bombeiros. Mais de 100 idosos da comunidade freqüentam esse projeto.
- **Cariri Sem Fome:** Em parceria com outras empresas e sob a coordenação da Faculdade Leão Sampaio, instituição de ensino superior privada, localizada no município de Juazeiro do Norte, arrecada anualmente diversas toneladas de alimentos que são doadas a instituições cadastradas no Mesa Brasil, do SESC.
- **Prática de Tênis de Mesa:** Treinos dessa modalidade acontecem 4 vezes por semana no salão de jogos da empresa. Em média 18 pessoas entre colaboradores e pessoas externas participam desse projeto.
- **Escolinha de Futebol:** As aulas acontecem no terreno em frente a fábrica. Aproximadamente 50 crianças do bairro participam das aulas. O Grupo São Geraldo disponibiliza o terreno, água, refrigerante e material.
- **Time de Futsal:** A empresa possui um time de futsal formado por seus colaboradores, a qual destina uma verba mensal, para aluguel da quadra e aquisição do material necessário.

A relação da empresa com a comunidade se contorna com traços de familiaridade, base pela qual a imagem institucional aparenta estar fortemente alicerçada.

A empresa Cajuína São Geraldo, por estar inserida num contexto de extrema religiosidade, suscita que o complexo mundo da caridade, amizade, benevolência e aspectos bem próprios do movimento religioso, muito forte na região, mas que não foi foco da investigação, parece nortear as práticas de responsabilidade social aplicadas pela empresa.

5. Considerações finais e recomendações futuras

A investigação ora proposta circunscreve iniciativas investigativas no meio acadêmico do contexto geográfico no sul do estado do Ceará. Ora, se propostas de pesquisa enquadram-se em fase embrionária, quiçá práticas contundentes de responsabilidade com o ambiente e com a sociedade.

Quanto à gestão social, há indícios que a religiosidade, a qual ancora e fomenta boa parte do crescimento econômico da região, confunde-se e legitima a subjetividade humana no contexto organizacional, tão defendido pelas correntes humanísticas.

É complexo tentar delimitar o que se apresenta como ferramentas ou práticas administrativas, fruto de estudos e esteios teóricos de bases socialmente responsáveis, ou se se trata da porção humana, indissociada do fazer administração, que “esparrama bondade”, como modo de gratidão pelas benesses alcançadas enquanto sucesso empresarial.

Em relação às ações de preservação ambiental, o estudo mostra que a empresa investigada apresenta práticas que demonstram responsabilidade e envolvimento mediano com as agressões provenientes do processo produtivo.

A própria equipe de gestores assevera que “*ainda há muito a fazer*”, principalmente no que tange os aspectos de conscientização e educação da população quanto a fazer parte mais atuante das ações ambientalmente responsáveis.

Como a fábrica utiliza embalagens plásticas, as quais são direcionadas em grande número à circulação na sociedade, campanhas mais abrangentes de recolhimento e reaproveitamento destas poderiam minimizar ainda mais os efeitos danosos à natureza.

Há algumas limitações importantes da pesquisa, imprescindíveis de mencionar. O instrumento de coleta e medição do posicionamento de gestão ambiental utilizado aborda palavras como consciência, comprometimento e capacidade, o que pode gerar interpretação dúbia ou induzir o respondente a caracterizar sua resposta com base em juízo de valor.

A investigação em uma única empresa, apesar de representativa significância da mesma para a região, não possibilita maiores conjecturas acerca das temáticas em questão. Um aprimoramento do instrumento de coleta, com uso de questionamentos mais objetivos e facilmente mensuráveis poderá apresentar diagnósticos mais precisos.

O acaloramento dos níveis de discussão, reservadas as responsabilidades com a condição humana, absolutamente envolvida nas tensões investigativas, suplanta a produção científica e toma corpo de consternação com o futuro da humanidade. Ao que parece não há como, numa escala, estar “meio responsável” ou “parcialmente comprometido” com o ambiente e as pessoas que dele fazem parte. Urge um discurso mais claro: ser ou não ser.

A definição mais precisa de práticas gerenciais é útil à Ciência em termos de diagnóstico contundente. Não significa que a vontade de fazer não seja importante. Entretanto a construção do conhecimento e suas reflexões na sociedade precisam de bases sólidas para minimamente garantir que estamos todos, enquanto parte de construção, estamos caminhando na trilha certa e no ritmo adequado.

Referências bibliográficas

- ASHLEY, Patrícia Almeida. Ética e responsabilidade social nos negócios. – São Paulo : Saraiva, 2003.
- BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental: Conceitos, modelos e instrumentos / José Carlos Barbieri – São Paulo: Saraiva, 2004.
- BRANDENBURG, A. Sociologia do ambiente rural: principais temas e perspectivas. In: I Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2002, Indaiatuba. Anais... Indaiatuba: ANPPAS, 2002. p. 1-12. Disponível em: http://www.anppas.org.br/gt/teoria_meio_ambiente/Alfio%20Brandenburg.pdf
- CASTELNOU, A. M.N.; FLORIANI, D.; VARGAS, I. A. De; DIAS, J.B. Sustentabilidade socioambiental e diálogo de saberes: o Pantanal Matogrossense e seu espaço vernáculo como referência. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Paraná, Paraná, vol. 7, p. 41-67, 2003.
- DONAIRE, Denis. Gestão ambiental na empresa. São Paulo: Atlas, 1999.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n. 118, 2003.
- JACOBI, P. Meio ambiente e sustentabilidade. O município no século XXI: cenários e perspectivas. Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Ed. Especial. São Paulo, p. 175-183, 1999.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MONTIBELLER, G. F. Espaço socioambiental e troca desigual social. Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis. PPGICH, v. 2, n. 2, Universidade Federal de Santa Catarina, nov. 2004.

NORTH, K. Environmental business management. Genebra: ILO, 1992.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.

VALLE, Cyro Eyer. Qualidade Ambiental: ISO 14000 / Cyro Eyer do Valle 5ª ed. – São Paulo : Editora Senac São Paulo, 2004.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, E. et alii. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Editora Cortez/Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), p. 45-97, 1995.

YIN, Robert K. Estudo de caso – planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

¹ Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará. Professora da Faculdade Doutor Leão Sampaio. E-mail: eva.mcampos@gmail.com.

² Graduanda em Administração pela Faculdade Leão Sampaio. E-mail: lucianaremio@hotmail.com

³ Graduanda em Administração pela Faculdade Leão Sampaio. E-mail: adonaijua@gmail.com.

⁴ Graduando em Administração pela Faculdade Leão Sampaio. E-mail: andradeabdiel@yahoo.com.br